

SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Gonçalves Bezerra (G)

Marcia Cardoso de Oliveira (G)

Silvana Aparecida Silva Souza(G)

Resumo

A educação infantil ainda não é vista por todos como algo construtivo que contribui para o desenvolvimento sócio-intelectual da criança. Porém segundo esta pesquisa estudos comprovaram que de 0 a 6 anos, que corresponde ao período da educação infantil, é uma fase onde a criança necessita conviver com outras pessoas e não somente com sua família, mas com outras crianças de sua mesma faixa etária. Nesta fase a criança é capaz de tomar pequenas decisões e fazer algumas escolhas que farão com esta se torne autoconfiante. É nessa fase que se essa autoconfiança for bem trabalhada lhe trará bons resultados no futuro. Portanto a educação infantil é muito importante para o desenvolvimento sociológico da criança, pois através da interação ela aprende a conviver com as diferenças; tanto do outro como com suas próprias limitações. Para assim ter um bom convívio

Introdução

Segundo Vygotsky “o único bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento”, ou seja, isso prova que a inserção precoce da criança no universo escolar pode gerar o avanço de seu desenvolvimento gerando assim benefícios para a própria criança estar preparada, para as diversas situações que a vida possa lhe proporcionar que é o que mundo visa hoje, portanto é necessário que a criança seja preparada.

Segundo dado pesquisado comprovou-se que na educação infantil a criança esta mais propensa a aprender e também a se desenvolver socialmente, ou seja, através da interação com outras crianças de sua idade e com os professores, é a partir desse momento que ela começa a se perceber como parte integrante de sua sociedade, começando assim a desenvolver mais profundamente o seu processo de socialização.

E por que não prepara - lá desde a educação infantil onde a capacidade de aprender e mais propensa? Por que não inseri – lá na educação infantil onde ela poderá gerar o seu desenvolvimento tanto intelectual quanto social o que adiantara o seu processo cognitivo?

Portanto essa pesquisa servirá para mostrar à sociedade a importância que a educação infantil adquiriu no processo de desenvolvimento social da criança, e

como os professores estão se qualificando para receber estes pequenos novos cidadãos.

2 Educação Infantil: um pouco de sua história

Considera – se como educação infantil, o período da vida escolar em que se atendem, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 6 anos. No Brasil, a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional que atende crianças de 0 a 3 anos de creche, e o sistema educacional que atende crianças de 4 a 6 anos se chamam Pré – Escola.

O atendimento as crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Neste momento as mulheres deixam seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, para entrarem no mercado de trabalho. Atrelado a este fato sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seus filhos, por melhores condições de vida, deu – se início ao atendimento da educação infantil, termo atual referente ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos no Brasil.

A educação Infantil surgiu com um caráter de assistência a saúde e preservação da vida, não se relacionando com o fator educacional. A pré – escola surgiu da urbana a típica sociedade industrial, não surgiu com fins educativos, mas sim para prestar assistência e não pode ser comparada com a história da educação infantil, pois os sistemas e períodos educativos a partir dos gregos.

A partir da década de 80, ocorre a abertura política e os movimentos pelos direitos humanos se intensificam. Na constituição de 1988 aumentam as leis que protegem os cidadãos e seus direitos, o direito a educação infantil. A partir da Constituição de 1988 as famílias obtiveram o direito a creche para seus filhos até 6 anos de idade. Isso é o que diz o artigo 208 dessa constituição. Nessa época também aumenta o número de mulheres que trabalham fora, aumentando assim a demanda por creches e pré – escola. O estatuto da criança e do adolescente de 1990, lei numero 8.069/1990 diz no artigo 54: È dever do Estado assegurar a criança e o adolescente parágrafo IV: atendimento em creches e pré – escolas as crianças de 0 a 6 anos de idade, ou seja, a educação infantil é um dever do estado e direito das crianças famílias. A LDB 9.394/96 foi a primeira a incluir a educação infantil

entre as diretrizes que regem a educação, porém, esta continua não sendo obrigatória, apenas direito das crianças e das famílias. Nessa lei ela faz parte da primeira etapa da Educação básica.

Essa leis trouxeram modificações para a educação infantil, ou seja, a partir da década de 90 passa fazer parte da educação e não mais do assistencialismo. A educação infantil no Brasil não é obrigatória, porém necessária para o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida, ficando este segmento como passo importante para a construção do conhecimento. Segundo os parâmetros de Qualidade para educação infantil o mesmo coloca que:

As instituições públicas da Educação no Brasil, laicas e apolíticas, ou seja, não professam credo religioso partidário. De acordo com o art. 20 da LDB, as instituições privadas podem ou não ter finalidade lucrativas e se enquadram nas seguintes categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. As particulares são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. As comunitárias são instituídas por grupos de outras pessoas físicas ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. As confessionais são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas. As filantrópicas são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas e visam a atender a comunidade carente, sem fins lucrativos. As instituições privadas sem fins lucrativos podem se manter por meio de convênios com prefeituras municipais com os governos dos estados ou com o governo federal, com empresas privadas ou ainda com recursos próprios. (V.II, 2008, p 27)

3 A Educação Infantil e o seu papel na socialização

Segundo o dicionário Aurélio o termo socialização é o ato de por em sociedade; uma extensão de vantagens particulares, por meio de leis e decretos, a sociedade inteira, no social significa o desenvolvimento coletivo da solidariedade social do espírito de cooperação nos indivíduos associados; processo de integração mais intensa dos indivíduos em sociedade.

Socialização significa a transmissão e assimilação de padrões de comportamento, normas, valores e crenças bem como o desenvolvimento de atitudes e sentimentos coletivos pela comunicação simbólica. Socialização, portanto é o mesmo que aprendizagem no sentido mais amplo dessa expressão.

Segundo Joel Sharon, socialização é o processo pelo qual a sociedade, comunidade, organização formal, ou grupo ensina seus costumes a seus membros. A família e a escola socializam a criança, as agremiações estudantis socializam os calouros nas faculdades, o time de futebol socializa seus jogadores e a sociedade, de modos diretos e indiretos, socializa seus cidadãos. Uma pessoa socializada é aquela que com êxito, tornou-se membro de seu grupo, organização formal, comunidade e/ou sociedade,

uma pessoa socializada controla-se, mas esse autocontrole provém de ter aprendido os controles da sociedade. (SHARON,

A socialização cria as qualidades que tornam plenamente humanos. Temos potencial para ação humana ao nascer, mas adquirimos a linguagem, o eu, a mente, a consciência quando nos tornamos socializados. Como seria o homem sem a socialização? Alguns adultos não muito bem socializados apresentam pouco autocontrole, incapacidade de cooperar tendência a impulsividade. Há pouquíssimos exemplos de homens que se desenvolveram totalmente isolados de outros, e quando tais indivíduos foram descobertos todos pareciam muito estranhos. É quase impossível imaginar o ser humano sem socialização.

“Segundo Charles Cooley a natureza humana não surge no momento do nascimento. Os homens não podem adquirir - lá por meio de associação, e ela declina no isolamento ([1909] 1962 p 30). Em um sentido muito real, somos socializados para nos tornar seres humanos.

Durkein apreende bem o significado e a importância da socialização. Para ele, a sociedade tem condições de existir somente por que penetra no interior do ser humano, moldando nossa vida íntima, criando nossa consciência, nossas ideias, nossos valores.

Embora a socialização seja mais intensa durante a infância e a adolescência, é, no entanto, um processo permanente porque mudando de grupo e de posição social, os indivíduos têm de se adaptar a novas situações sociais e essa adaptação é feita através da aprendizagem de novos modos padronizados de agir e pensar. Ademais, todas as sociedades estão sempre se transformando, mudando os padrões de organização. As sociedades simples, como as sociedades indígenas, se transformam mais lentamente; as sociedades complexas como as sociedades do tipo urbano-industrial, se transformam com mais rapidez. De qualquer modo qualquer que seja o tipo de sociedade, ela está sempre em mudança. Isso requer do indivíduo, para que ele possa se adaptar as transformações do seu ambiente social. A assimilação de novos padrões de comportamento desenvolvidos na sociedade. É através da socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade ser admitido na sociedade. A socialização é, portanto, um processo fundamental não apenas para a integração do indivíduo na sua sociedade, mas também para continuidade dos sistemas sociais.

Segundo Peter L. Berger e Brigitte Berger bem ou mal, a vida de todo tem início com o nascimento. A primeira condição que experimentamos é a da criança. Se nos propusermos à análise do que esta condição acarreta, obviamente nos defrontaremos com uma porção de coisas que nada tem que ver com a sociedade. Antes de qualquer coisa, a condição de criança envolve certo tipo de relacionamento com o próprio corpo. Experimentam-se sensações de fome, prazer, conforto e desconforto físico e outras mais. Enquanto perdura a condição de criança o indivíduo sofre as incursões mais variadas do ambiente físico. Percebe que a luz e a escuridão, o calor e o frio, objetos de todos os tipos provocam sua atenção. (BERGER, p.169, 2004)

É na infância que a criança começa descobrir o universo que a cerca, aprende a distinguir sensações, objetos, pessoas algumas delas assumem um papel todo especial. Desde o início a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. A biografia indivíduo, desde o nascimento e a história de suas relações com outras pessoas. Numa espécie de representação gráfica, poderíamos dizer que a sociedade não apenas impõe seus padrões ao comportamento da criança, mas estende a mão para dentro de seu organismo a fim de regular as funções de seu estômago. Quando refere à socialização; processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade, não nos prendamos a processos fisiológicos que são fundamentais para que o indivíduo faça parte da sociedade, mas também devemos ressaltar o convívio social que é de muita importância.

Alguns dos padrões socialmente impostos a criança podem resultar das características peculiares dos adultos que lidam com ela. A mãe, por exemplo, talvez alimente a criança sempre que ela chore, independente mente de qualquer horário por que seus tímpanos são muito sensíveis ou porque lhe dedica tamanho amor que não pode conformar-se com a ideia de que ela possa experimentar uma sensação de desconforto, por qualquer tempo que seja. Na maior parte das vezes, porém, a opção entre a alternativa de alimentar a criança sempre que a mesma chore ou submetê-la a um horário mais rígido de refeições não resulta de uma decisão individual da mãe, mas representa um padrão bem mais amplo prevalecente na sociedade em que esta vive e foi ensinada que esse padrão constitui a maneira adequada de solucionar o problema. (BERGER, p.170, 2004)

Ao nascer à criança é submetida aos padrões sociais daqueles que a cercam, aprende a depender, quando pequeno, de outras pessoas o que dá início ao processo de socialização. O bebê ao se alimentar, em contato com a mãe tem o seu primeiro passo do processo social de sua vida. O treinamento para o uso do toalete constitui outro setor do comportamento da criança em que as próprias funções fisiológicas do organismo são forçadas de maneira bastante óbvia, a submeter-se

aos padrões sociais. O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome socialização. O mesmo revela uma série de facetas diversas. Os processos que acabam de ser examinados constituem facetas da socialização vista sob um ângulo, a socialização é a imposição de padrões sociais a conduta individual.

Segundo Peter e Brigitte Berger o veículo primordial da socialização, é a linguagem. Ressaltam que ela constitui um elemento essencial no processo de socialização, e que logo depois será fundamental para a inserção da criança na sociedade.

Ao assenorear-se da linguagem, a criança aprende a transmitir e reter certos significados socialmente reconhecidos. Adquire a capacidade de pensar abstratamente, isto é consegue ir além da situação imediata com que se defronta é também por meio do aprendizado da linguagem que a criança adquire a capacidade de refletir. As reflexões incidem sobre a experiência passada, que se integra numa versão coerente e cada vez mais ampla da realidade. A experiência presente é continuamente interpretada em conformidade com essa visão e a experiência futura não pode ser planejada. É através dessa reflexão cada vez mais intensa que a criança toma consciência de si mesmo como uma individualidade no sentido literal de reflexão isto é do fenômeno através do qual atenção da criança retorna do mundo exterior para incidir sobre ela própria. (BERGER, 2004, p. 175).

A criança no início da fase oral, não sabe a diferenciação do eu e do outro, portanto nunca refere a si mesmo usando o pronome eu, mas sim o próprio nome “Fulano quer isso ou aquilo”. É na interação social que a fala é inserida na criança em contatos com outras pessoas partilhando significados e compreendendo. Cada língua tem a sua própria estrutura, um jeito singular de compreender e ver o mundo, a qual está inserida como a diferenciação de culturas e grupos sociais. Ao aprender a língua materna, a criança toma contato com esses conteúdos e concepções, construindo um sentido de pertinência social. A partir da socialização a criança é introduzida num mundo social, mas também conhece a si mesma, ela aprende a conviver com os membros da sociedade em participa e a se entender como um membro da mesma. “A criança é socializada não só para um mundo específico, mas também para determinada individualidade” (BERGER, p. 179, 2004).

A educação infantil é na grande maioria das vezes o primeiro contato que a criança tem com outras crianças de mesma faixa etária.

Segundo o Referencial Curricular Nacional pra a Educação Infantil a criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima as pessoas e é capaz de interagir e prender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais e interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas de sociais com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são deverá. Para se desenvolver, portanto as crianças precisam aprender com os outros, por meio de vínculos que estabelece. Se as aprendizagens acontecem na interação com as outras pessoas, sejam elas adultos ou crianças, elas também dependem dos recursos de cada criança. (p.21, v 1, 1998).

A educação infantil tem papel social importante no desenvolvimento humano e social. As crianças são seres sociais, tem uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo seu contexto de origem têm uma linguagem, ocupam espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção nesse contexto.

Segundo Sonia Kramer, no artigo “O papel social da educação infantil”, em termos qualitativos o trabalho realizado em creches e pré-escolas não é ainda democrático: muitas tem apenas caráter assistencial ou sanitário, que são importantes, mas não substituem a dimensão educativa social e cultural, cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania. A educação infantil como espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação da criança pequena, não é ainda uma realidade das creches e pré-escolas brasileiras. (Kramer, p. 25, 1999)

Ainda não é obrigatório, o ensino da educação infantil em creches e pré-escolas, porém estudos revelam que quanto mais cedo uma criança é inserida na educação infantil seu desenvolvimento surgirá com mais rapidez. E não só na parte intelectual onde a criança adquirirá muito conhecimento, mas também na área social onde aprenderá desde cedo a conviver com outras pessoas, a lidar com elas e ainda conhecer a si mesma. É na infância que a criança tem a capacidade de imaginar, fantasiar e criar, o que exige que muitas medidas sejam tomadas. “Ainda segundo Kramer, entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheça as crianças, o que fazem, de que brincam, com inventam, de que falam. (1999, p.26)

As crianças devem ser vistas como seres pensantes que possuem opiniões próprias, opiniões estas pré-formadas ainda, que necessitam de auxílio de pessoas adultas, para que estas a ajudem a definir suas ideias. Para que estas concepções

possam ser amadurecidas é necessário criar na criança uma autonomia, para que ela tenha um bom desenvolvimento social.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil saber o que é estável o que é circunstancial em sua pessoa, conhecer características, potencialidades e reconhecer seus limites é central para o desenvolvimento da identidade e para a conquista da autonomia. A capacidade das crianças de terem confiança em si própria e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas oferecem segurança para a formação social. A possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades favorece o desenvolvimento da auto-estima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes. O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos contribuindo para que o reconhecimento do outro a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias (v 2, p.11, 1998)

Para se ter desenvolvimento as crianças necessitam da presença de outra pessoa para assim possa ter a capacidade de se desenvolver dentro de uma sociedade, não significando que serão cópias fiéis das atitudes e dos comportamento de seus mediadores.

Segundo Carvalho, para atuar significa mente junto à criança concebida como sujeito interativo na elaboração de seu conhecimento, o professor deve constituir-se como um participante que constrói e reconstrói na interação, o seu próprio conhecimento. O desafio da qualidade da educação infantil supõe, portanto, a formação de um profissional que busque saber enquanto pesquisador de sua própria prática e que saiba dialogar com suas especificidades das várias áreas. (CARVALHO, 1999),

Os professores tem buscado se aperfeiçoar, principalmente os novos profissionais e futuros pedagogos, visando uma nova educação que seja pedocêntrica, voltada para os interesses das crianças, buscando valorizar suas ideias e concepções de mundo.

Segundo a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996-Lei nº 9394/96 – em seu Art. 6-estabelece como regra que a formação dos docentes para a educação infantil faz à em nível superior, atendendo a reivindicação antiga dos educadores em nosso País e já consolidada em grande parte dos países desenvolvidos. Entretanto no mesmo artigo, admite-se como formação mínima para as séries iniciais e para a educação infantil, ao oferecida no ensino médio, n modalidade normal, em nada superando, nesse caso, a situação historicamente vivida em relação à habilidade específica do magistério. Por outro lado, em suas disposições transitórias, no Título IX, Art. 87, parágrafo 4º, determinam que até o final da Década da Educação -1997 a 2007 – “somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, incorporando avanço instituindo, além disso, a possibilidade de a formação

dos professores para todos os níveis de escolaridade ocorra nos institutos superiores de educação não necessariamente universitários (Líbano e Pimenta 1999, p.259)

Isto comprova a preocupação do País e do Estado com a formação dos futuros profissionais que irão trabalhar dentro da educação infantil, tanto na forma social de lidar com as crianças quanto no intelectual, onde desde muito cedo formaram seres pensantes e capazes de defender suas concepções.

Segundo o Referencial Nacional da Educação Infantil a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcado pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. Compreender, conhecer reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio de educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, sociologia, medicina etc., possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades as. (p.21e22 VI , 1998).

Conclusão

Conclui-se que a educação infantil é um fator que contribui grandiosamente no desenvolvimento da criança enquanto um ser social e pensante. A partir da educação infantil a criança começa a se ver como um membro ativo de sua própria sociedade começa a entender que como um membro desta sociedade precisa aprender a conviver com outros membros da mesma, sabendo que cada um possui seus direitos e deveres. Portanto a educação infantil contribui para que estas crianças possam a se adequar ao meio em que vivem, pois o mundo gira assim, pessoas que são mais desenvolvidas, convivem melhor na sociedade em que está inseridas.

Referência

KRAMER, Sonia, LEITE, M.I, GUIMARÃES, D. NUNES, M.F. **Infância e Educação Infantil** Campinas, Papirus, 1999.

INFANTIL, Referencial Curricular Nacional da Educação, **Formação Pessoal e Social**, volume 2, Brasília MEC/SEF, 1998.

INFANTIL, Referencial Curricular Nacional da Educação, **Introdução**, volume 1, Brasília MEC/SEF, 1998.

BERGER, Peter, BERGER, Brigitte, **Sociologia e Sociedade, Leituras de Introdução a Sociedade**, LTC, 2004.

EDUCAÇÃO, Parâmetros de Qualidade para a, volume 2, Brasília, 2008,